

EXPECTATIVAS DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO (A) ESCOLAR COM BASE NA LEI 13935/2019: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM UMA ESCOLA PÚBLICA NA ZONA DA MATA MINEIRA

Mírian Karla Furtado¹
Nair Campos Freitas¹
Janine Lopes Carvalho²
Fernanda Bicalho Pereira²
Magalí de Paula Silva Santana²
Auriston Magalhães Vitor³

fernandabicalhopereira@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

Em conjunto com o campo da Educação, a Psicologia escolar contribui como área de pesquisa e de conhecimento, na qual o Psicólogo escolar, por meio de seu conhecimento e técnicas, auxilia nos processos de ensino-aprendizagem. Esta pesquisa teve como objetivo investigar as expectativas dos gestores de uma escola estadual acerca da atuação do Psicólogo (a) nas redes de ensino. A abordagem utilizada foi qualitativa com pesquisa do tipo exploratório-descritiva. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturada. O procedimento de análise utilizado foi a avaliação da entrevista, agregada às pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema. Os resultados obtidos implicaram em quatro categorias: Conhecimento sobre a Lei 13.935/2019, expectativas, aumento do fracasso escolar e dificuldades/transtornos de aprendizagem. Evidencia-se, por meio desta pesquisa, a importância do profissional de Psicologia Escolar. No estudo, os participantes abordaram problemas relacionados a questões emocionais por parte da equipe escolar, dificuldades de aprendizagem, vulnerabilidade social no que tange ao uso de álcool e outras drogas, gravidez precoce, dentre outras questões sociais resultantes do isolamento causado pela Pandemia do COVID-19. Além disso, é pertinente pesquisas que transparecem suas atribuições, pois foi perceptível um olhar clínico e individualizado por parte dos entrevistados.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Escolar; Expectativas dos Gestores Escolares; Lei 13935/2019.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

² Psicóloga. Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

³ Psicólogo. Professor do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

INTRODUÇÃO

O campo de atuação da Psicologia Escolar abrange a área da pesquisa e elaboração do conhecimento, exercendo sua prática em conjunto com o campo da educação. Dessa forma, o Psicólogo escolar, vinculado à Educação, abarca seu conhecimento e técnicas em prol dos processos de desenvolvimento e ensino-aprendizagem (BASTOS, PYLRO, 2016).

Petroni e Souza (2016), ao fazer um levantamento do percurso realizado entre a Psicologia e a Educação, aponta a inserção do Psicólogo no contexto escolar exatamente no século XX exclusivamente para atender as demandas dos educadores em prol dos alunos considerados pelos mesmos como "difíceis", na qual detêm problemas relacionados à aprendizagem.

Sendo assim, o profissional da psicologia exercia sua função embasada na avaliação psicológica e conseqüentemente no fechamento de hipóteses diagnósticas. É necessário, portanto, destacar que entre os anos de 1970 e 1980, um questionamento reflexivo sobre a incorporação e desempenho do psicólogo nas escolas foi fortemente discutido, carregando consigo dedicações que visam a consolidação e a legalização dessa área de informações e prática (PETRONI E SOUZA, 2016).

A partir de um olhar retrospectivo, Santos *et al.* (2017) afirmam que o antigo modelo de atuação do Psicólogo Escolar não satisfazia às necessidades e expectativas do contexto educacional, passando a ser considerado como modelo inadequado de atuação devido ao fato de centralizar somente no viés clínico, deixando as demais demandas escolares e educacionais em prejuízo.

Muitos estudos e referências, embasadas no papel do psicólogo escolar, têm sido produzidos nos últimos anos, principalmente a relação entre as dificuldades de aprendizagem e os fatores sócio históricos. Também são objetos de estudos a relação interdisciplinar com os agentes da escola, com relação às intervenções, o fazer da psicologia em conjunto com as políticas públicas, o posicionamento profissional no cenário educativo em momentos de

contratempos, dentre outras temáticas que envolvem o olhar amplo da psicologia escolar (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2017).

Portanto, após quase vinte anos do processo de aprovação e desaprovação de uma Lei que garantisse a permanência dos Psicólogos no contexto escolar, somente em dezembro de 2019 o projeto da Lei 13.935 foi aprovado. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) orienta que o trabalho do Psicólogo no contexto escolar atenda às exigências de uma educação acessível, inclusiva e consideravelmente de qualidade (BRASÍLIA, 2021).

Corroborando ainda os estudos de Brasília (2021), as técnicas e teorias da Psicologia integradas ao contexto educacional, propiciam positivamente o ensino de forma geral e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem dos educandos, além de elaborar intervenções significativas na gestão dos recursos humanos. O trabalho multidisciplinar envolvendo psicólogos e demais colaboradores é benéfico no que tange à ressignificação das relações ambientais. Sendo assim, o profissional de Psicologia, dentro desse contexto, auxilia na busca de respostas para as dificuldades com que os gestores e professores se deparam dentro da sua atuação escolar.

É importante ressaltar, ainda, que o (a) Psicólogo (a) Escolar/Educacional, quando aliado ao corpo docente, atua de forma a facilitar o trabalho dos educadores, utilizando-se de projetos interdisciplinares, reuniões abrangendo temáticas atuais, cursos, capacitações, entre diversos outros meios (CRP-PR, 2016).

Atentando-se aos subsídios da Psicologia escolar, faz-se necessário levar em conta no processo de ensino-aprendizagem, os contextos sociais, escolares, educacionais, o Projeto político-pedagógico (PPP) em concordância com a rede de atenção básica (BRASÍLIA, 2021).

Percorrendo, ainda, os estudos de Brasília (2021), é necessário frisar que o (a) psicólogo (a) escolar poderá desenvolver políticas públicas voltadas à educação, promoção de igualdade, inclusão e direitos a todos os alunos. Caso seja necessário, deve avaliar psicologicamente os aspectos envolvidos na

dificuldade de aprendizagem, facilitar o processo de escolarização da educação especial, mediar as relações entre comunidade e escola e contribuir no acesso à educação.

É fundamental, nessa empreitada, considerar os aspectos sociais que conseqüentemente envolvem o processo de ensino, além do contexto sócio histórico, deverão ser ponderados devido ao fato de estarem diretamente agrupado no que tange a construção do saber.

É relevante apontarmos que, apesar do longo percurso percorrido pela Psicologia Escolar, sua implementação enquanto Lei é recente. As funções desse profissional visualizam o cenário complexo responsável pelo processo de ensino-aprendizagem do sujeito.

Mediante a complexidade de atuação do (a) Psicólogo (a) escolar, torna-se imprescindível implementar pesquisas voltadas à área da educação que subsidiem sua atuação. O desenvolvimento de formações que anunciem a práxis do (a) Psicólogo (a) escolar é fundamental para que este se torne cada vez mais um agente ativo de transformação e mediação na rede da educação, tornando suas funções mais transparentes e compreensíveis à toda a comunidade escolar.

Sendo assim, o presente estudo buscará analisar as expectativas relacionadas à atuação do Psicólogo Escolar com base na Lei 13935/2019, da gestão de uma escola situada em uma cidade da Zona da Mata Mineira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antunes (2008) frisa que, apesar de existir uma ampla ligação entre a Psicologia Educacional e Escolar, existem entre elas diferentes significados. A primeira respalda estudos acerca dos processos psicológicos na aprendizagem, classificando-se como uma área produtora de saber ou subárea. A segunda já focaliza como um campo prático de atuação desse profissional, que intervém na comunidade escolar, tendo como base os saberes obtidos pela subárea.

A área da Psicologia Educacional e Escolar é uma das áreas consideradas de grande relevância quando se trata dos processos educativos de maneira abrangente. A área tem, na sua construção e incorporação, momentos de grandes conflitos e obstáculos, no que se refere a sua teoria e prática enquanto profissão. Ressaltamos, ainda, que existem diferentes perspectivas das escolas de ensino público ou privada no que tange às diversas bases teóricas que permeiam esse campo (SANTOS *et al.*, 2018).

A construção da perspectiva do Psicólogo como aquele que soluciona os problemas por meio da Psicometria como método em Psicologia escolar. Binet, em 1905, na França, desenvolveu a escala métrica de inteligência infantil, na qual era possível selecionar, adaptar, orientar e classificar os grupos de alunos que necessitavam de um atendimento especializado. Contudo, esses meios tiveram como consequências pedagógicas a separação em grupos análogos, enfim, diferenciando os “normais” dos “anormais” (MACHADO, 2010).

Conforme Guzzo *et al.*, (2010), a construção e consolidação da Psicologia Escolar no Brasil passou por três etapas distintas que variaram entre os anos de 1906 e 1960. De 1906 a 1930, demarcado pela 1ª República, foi um momento no qual não havia uma preocupação em intervir na realidade do sujeito, sendo os estudos realizados exclusivamente em laboratórios. Na segunda etapa (1930-1960), o ensino se preocupava em capacitar sujeitos para o mercado de trabalho, considerado como pedagogia tecnicista, ou seja, um modelo empresarial. Já na terceira etapa, após 1960, o (a) Psicólogo (a) era visto como um profissional solucionador de problemas, cujas funções se baseavam nas demandas comportamentais e de aprendizagem dos educandos (GUZZO *et al.*, 2010).

A Psicologia Escolar do século XXI passou por uma reconfiguração no que diz respeito às suas atribuições, atentando-se aos novos contextos e emergências que compõem suas práticas, considerando a promoção e prevenção da saúde, levando em conta os aspectos socioemocionais e de bem-estar subjetivo dos educandos, além de considerar um olhar integrado que inclui a família, a escola e a comunidade (RONCHI, IGLESIAS, AVELLAR, 2018).

A partir dessa perspectiva, Petroni e Souza (2017) contribuem em suas pesquisas acerca do modelo crítico de atuação do (a) Psicólogo (a) escolar, defendendo que tal profissional deverá ser parte integrante da equipe e conhecer a complexidade do cenário de atuação. Acreditando que, para o desenvolvimento eficiente dos sujeitos, é preciso caminhar em consonância com todos os atores que englobam o cenário educacional.

O percurso da Psicologia Educacional e Escolar sofreu grandes mudanças e ainda existem muitos questionamentos quanto às suas ações na prática. Contudo, em 12 de dezembro de 2019, foi decretada a Lei 13.935 que dispõe dos serviços de Psicologia e Assistência Social no âmbito escolar, tornando-se um avanço na Psicologia educacional (BRASÍLIA, 2019, p.1).

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASÍLIA, 2019, p.1).

Dentre as atribuições do Psicólogo (a) Escolar, considera-se como as principais ações: auxiliar na elaboração e melhoria do PPP (Projeto Político Pedagógico) elaborando planos e estratégias a partir dos conhecimentos científicos, ser ativo nas elaborações das políticas públicas na educação, promover processo de aprendizagem e inclusão, orientar quanto os obstáculos de escolarização, realizar avaliação psicológica quando necessário, assessorar a rede de atenção básica e formação continuada, construção de projetos voltados a prevenção e intervenção no ambiente escolar, dentre outras funções (BRASÍLIA, 2021).

Corroborando os estudos de Brasília (2021), foi possível identificar que ainda existem grandes questões e dúvidas acerca do campo de atuação da Psicologia Escolar, na qual muitos dos atores envolvidos na educação se encontram dispersos quanto ao trabalho desse profissional, inclusive a própria categoria profissional.

Neste sentido, considera-se que os referenciais teóricos ora abordados trarão uma contribuição no sentido de conceituar as atividades do Psicólogo educacional e escolar, diferenciando estas duas atividades.

A partir desse recorte, buscou-se uma visão histórica com o objetivo de corroborar a legitimidade e a importância do profissional de psicologia devidamente capacitado e esclarecido quanto ao seu campo de atuação no universo escolar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é do tipo qualitativa e exploratória em relação aos objetivos. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas. Segundo Ana e Lemos (2018), a entrevista se baseia em uma relação aberta e recíproca entre o entrevistador e o entrevistado, facilitando a coleta de informações, além de criar uma interação entre ambos.

O local escolhido para a pesquisa foi uma Escola Estadual situada em uma cidade da Zona da Mata Mineira. A escola oferece exclusivamente o Ensino Fundamental dos anos finais, ou seja, não oferece serviços de Educação do Ensino Médio. Há acessibilidade física e possui Sala de Recursos.

A cidade possui uma população estimada de 16.393 pessoas. O salário médio dos trabalhadores formais gira em torno de 1,7 salário-mínimo e a economia da cidade se baseia no comércio local, além da agricultura e pecuária (IBGE, 2021).

Foi entrevistada a diretora, vice-diretora, um supervisor e uma supervisora com idades respectivas de 38, 35, 36 e 49 anos. Em relação ao tempo de trabalho na instituição abordada, a diretora possui 15 anos, a vice 11, o

supervisor 4 anos e meio e a supervisora 15 anos. Além disso, é pertinente frisar que os participantes receberam nomes fictícios. Para esta pesquisa, foram abordados tópicos que envolvem questões de dificuldades e transtornos de aprendizagem, aumento do fracasso escolar, conhecimento sobre a Lei 13.935/2019 e as expectativas frente ao trabalho do psicólogo juntamente com a comunidade escolar.

A coleta de dados foi realizada no mês de março de 2022. Foi selecionado um dia letivo para conhecimento da escola abordada e um segundo dia para a realização das entrevistas, conduzidas pelas pesquisadoras. Cada entrevista teve duração média de 30 a 40 minutos e foi solicitada a permissão de gravação de voz durante a entrevista.

Para cada participante foi entregue um Termo de Consentimento livre e esclarecido para afirmar seu desejo de participar, além do Termo de Autorização Institucional. Foram esclarecidas as questões acerca do sigilo das informações, a guarda dos materiais produzidos (gravações, registros das pesquisadoras e termos assinados) por um período de 5 (cinco) anos.

É importante destacar que, na pesquisa qualitativa, o ambiente da coleta de dados é o local ideal para obtermos as informações da pesquisa, devido ao fato de estarmos diretamente em contato com os sujeitos envolvidos no objeto que estamos abordando e a questão-problema (FRANCO, DANTAS, 2017).

Vale ressaltar que, para a realização da entrevista, foram seguidos todos os protocolos de segurança sanitária da cidade e da escola, além das normas da Organização Mundial de Saúde (OMS) devido à pandemia da COVID-19. Foi utilizada a máscara por parte dos entrevistadores e entrevistados, distanciamento entre os participantes, não compartilhamento de canetas, uso de álcool em gel, além de salas arejadas para a entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos nas entrevistas foram divididos a partir de 4 (quatro) categorias:

CATEGORIA 1: LEI 13935/2019

Nessa categoria são analisados o conhecimento dos participantes acerca da Lei e o que ela dispõe.

Somente um dos entrevistados desconhece sobre a Lei, afirmando em uma de suas falas

“Não sei que lei é essa” (Maria).

Vale ressaltar que a participante que afirma não saber sobre a Lei, está na Instituição trabalhando há 15 anos.

Já os demais participantes afirmam e pontuam que reconhecem o seu objetivo.

“Um grande avanço que atenderá uma necessidade gritante” (Lúcia).

“A Lei trata da autorização de contratação de Psicólogos e assistentes sociais nas escolas estaduais” (Joana).

“A Lei que foi aprovada no congresso para colocar assessoria psicológica nas escolas” (José).

Recorrendo aos estudos de Carvalho, Gorni e Rodrigues (2020), os autores nos recordam que a PL 3688/2000 prosseguiu por quase duas décadas na Câmara dos Deputados até se transfigurar na Lei 13935/2019. A partir de então as redes de ensino públicas se beneficiaram da garantia de um suporte tanto assistencial como psicológico nesse contexto.

Isso posto, é possível identificar que, mesmo nos ambientes de gestão escolar, existem profissionais que desconhecem a Lei 13935/2019 juntamente com todo o seu percurso até sua implementação. Sendo assim, fica uma incógnita acerca do real motivo desse desconhecimento, seria desinteresse por parte do gestor ou uma desinformação e falta de comunicação dos órgãos competentes?

CATEGORIA 2: EXPECTATIVAS

A partir dessa categoria, analisamos as expectativas dos gestores em relação ao trabalho do Psicólogo Escolar e quais atividades acreditam ser

pertinentes a serem trabalhadas por esse profissional de acordo com as demandas apresentadas.

Com base nessa categoria, as respostas foram unânimes. Todos demonstraram grandes expectativas para a chegada desse novo profissional como parte integrante da equipe multidisciplinar.

“Tudo de bom” (Maria).

“Espero que possa ajudar tanto os alunos quanto os professores, principalmente porque todos os problemas são devido às dificuldades emocionais” (Lúcia).

“Expectativas enormes pois o contexto em que estamos inseridos na educação faz dessa especialidade o braço direito do gestor e demais servidores da escola, no atendimento das demandas de alunos que vivem em situações de vulnerabilidade social principalmente” (Joana).

Em concordância com Nascimento (2020), o profissional da Psicologia escolar contribuirá como mediador, ou seja, juntamente com a gestão e os professores desenvolver interferências a fim de impactar positivamente toda a comunidade escolar, além de usufruir de reflexões, conscientizações e transformações em prol do processo de ensino e aprendizagem.

Outra questão muito levantada por todos foi a respeito de vulnerabilidade social, em que um dos entrevistados relatou:

“Nos últimos tempos é observável aumento de necessidades devido ao uso de álcool, drogas e gestação precoce” (José).

É significativo que o Psicólogo no ambiente escolar se torne ouvinte e acolha as causas apresentadas pela instituição. É necessário frisar que as funções desse profissional vão além do viés clínico que desconsidere o contexto social do sujeito, mas sim que direcione o atendimento escolar em conjunto com o aluno, a família, o meio social na qual está inserido, a escola e toda a comunidade.

É necessário atender às necessidades refletidas nesse espaço, por meio de palestras educativas, diálogos com docentes e demais profissionais, orientação com a família como papel importante nesse processo de evolução,

elaboração de projetos psicoeducativos e o engajamento das redes de apoio como suporte social (CRP,2019).

Referente à categoria 2, durante a entrevista, foi introduzido um subtópico referente à quais atividades os gestores gostariam que um Psicólogo(a) escolar elaborassem de acordo com as demandas atuais.

Acerca desse tópico constatamos que 50% dos gestores entrevistados visualizam o Psicólogo (a) escolar no atendimento individualizado, no acompanhamento íntimo e na demanda de cada aluno.

“Necessitamos de um atendimento individualizado e de grupo, e precisamos de muitas palestras para os alunos, pais e todos os profissionais” (Maria).

“Aconselhamento e acompanhamento íntimo na situação de cada um e os conflitos familiares, pois sempre quando há algum problema no aluno 99% está ligado ao problema familiar” (José).

Portanto, é importante reforçamos que o modelo clínico pautado na resolução de problemas de aprendizagem por meio de testes psicológicos foi duramente criticado devido aos efeitos doentios e individualistas do processo de ensino/aprendizagem. Sendo assim, é relevante que o Psicólogo (a), nesse ambiente, adira posições menos individualizantes e construa práticas e ações voltadas para o coletivo (FONSECA, FREITAS e NEGREIROS,2018).

Em eventos específicos as avaliações individuais poderão ocorrer com intuito de compreender e auxiliar nos processos de ensino/aprendizagem ou, até mesmo, na orientação profissional cujo objetivo é a construção de métodos em prol da evolução dos alunos (CRP-RS, 2019).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, 100% dos participantes levantam como principais expectativas frente as contribuições do Psicólogo dentro do ambiente escolar na qual eles administram, projetos relacionados à família, violência, conscientização sobre as drogas, relacionamento interpessoal, respeito, sexualidade e valorização da vida.

“Projeto de valorização da vida, de conscientização sobre drogas e todos os tipos de violência e projetos relacionados ao fortalecimento de vínculos familiares” (Joana).

“Palestras para alunos, pais e profissionais” (Maria).

A Psicologia é capaz de desconstruir o olhar individual, abrindo o leque para uma compreensão ampla e complexa do ensino na qual envolvem o contexto social desses sujeitos. Um profissional que atua diretamente com o aluno e sua singularidade consegue em parceria com os docentes e demais envolvidos na comunidade escolar, discernir onde se encontra a raiz das dificuldades de aprendizagem, além de contribuir com as demandas sociais, seja a violência, racismo, desigualdade, vulnerabilidade, orientação sexual, discriminação de gênero que podem resultar em evasão nas escolas (CFP,2019).

CATEGORIA 3: AUMENTO DO FRACASSO ESCOLAR

Foram avaliados fatores como a existência de fracasso na escola e de que maneira este profissional poderá contribuir. Partindo desse pressuposto, obtivemos respostas diretamente ligadas à pandemia da COVID-19, um dos entrevistados referiu que

“Com a pandemia o fracasso escolar só tem aumentado. Porque os alunos ficaram fazendo atividades remotas, muitos não tinham um celular adequado para fazer e outros nem tinham, fazer impresso era complicado porque não tinha como o professor atender em casa. De acordo com a avaliação diagnóstica desse ano, a gente ver que está tudo mais complicado” (Maria).

Críticos sobre recursos à distância utilizados durante a pandemia, mencionam que as classes mais humildes dos alunos seriam de certa forma prejudicados devido um ensino de baixa qualidade. Afirmam, ainda, que assentir medidas tecnológicas como método de ensino é excludente e não inclusivo, uma vez que vivemos em um país de desigualdades sociais e econômicas. Esses recursos reforçam a necessidade de um olhar sobre o contexto histórico-cultural a fim de aderir medidas compatíveis com a diversidade existente nas escolas (DA SILVA, DA SILVA NETO e DOS SANTOS, 2020).

Uma segunda participante ainda relata

“O fracasso escolar tem aumentado muito e os principais problemas que temos são referentes na maioria das vezes emocionais tanto dos alunos quanto dos professores principalmente após esta

pandemia. Estamos com um índice muito grande de licença de saúde por problemas emocionais por parte dos professores” (Lúcia).

Caldas e Anache (2021) afirma que em uma entrevista com a presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional a participante enfatiza a importância do ambiente escolar se tornar empático principalmente no período pós- pandêmico. Agindo com compromisso, solidariedade e afetividade. Esta última como importante nos processos de aprendizagem. Além disso, a participante revela que deverá haver cautela para não menosprezar os sofrimentos causados pela pandemia.

Uma entrevistada afirma que:

“Todos os atores do ambiente educacional precisarão ser cuidados, professores e estudantes tiveram que se reinventar e se adaptar a métodos virtuais de ensino, e acredita que consequentemente tais inovações trouxeram desgastes tanto físicos como emocionais para docentes e discentes” (Lúcia).

Outra participante expõe que:

“O fracasso escolar têm aumentado sim e os transtornos de cunho psicológico interferem diretamente na aprendizagem” (Joana).

Brasília (2021) reforça que por meio da Lei 13935/2019 é possível a inserção de um profissional de Psicologia e um Assistente social em conjunto com a equipe multidisciplinar. Dessa forma, esses agentes irão contribuir para promover saúde física, mental, sexual, reprodutiva e social. Sendo assim, é papel do Psicólogo escolar elaborar intervenções pautadas nesse viés de saúde biopsicossocial de alunos, docentes e demais profissionais.

No que concerne ao uso do meio digital como principal problema do aumento do fracasso escolar, um dos participantes declara que:

“As crianças perderam aquele estímulo e vontade de conhecer mais, acreditam que através do acesso à mídia, desenhos, jogos já possuem conhecimento suficiente. A escola está inserida nesse contexto sem saber lidar com essa situação” (José).

Atribuindo informações em prol dos diversos fatores apresentados como culpados do fracasso escolar, é pertinente sublinharmos que, atualmente, essas questões se tornaram tituladas como “problemas no processo de escolarização”. Entretanto, o Psicólogo escolar estuda todos os elementos que, de alguma

forma, possa estar desencadeando um fracasso ou, até mesmo, potencializando o sucesso escolar, por meio de uma visibilidade múltipla das relações que constituem o aluno e seu processo histórico-cultural (CRP, 2019).

CATEGORIA 4: DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Dentro dessa categoria, foram abordados pontos relacionados a Laudos Médicos sobre os Transtornos e o levantamento de alunos que necessitam de intervenções pedagógicas, mas que ainda não possuem laudo.

Conforme todos os entrevistados indicaram, são 22 alunos que possuem laudo médico relacionado à transtornos de aprendizagem, 6 alunos com AEE (atendimento educacional especializado) aprovado e uma média de 40% dos alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, mas não possuem laudo médico e, conseqüentemente, não se detém de um PDI (plano de desenvolvimento individual).

Benitez e Domeniconi (2018), em seus estudos, propuseram uma proposta de intervenção de ensino com os agentes educacionais (pais, professores de sala de aula, professores de apoio) em conjunto com o Psicólogo-pesquisador. Os resultados da pesquisa revelaram que o fazer da Psicologia Escolar é insubstituível e indispensável quando se fala de desenvolvimento da aprendizagem de crianças com algum transtorno ou dificuldade.

O trabalho em questão propõe que o sucesso das evoluções das crianças pesquisadas só foi possível graças ao envolvimento e engajamento de todos os agentes educacionais, implicando não só o ensino pedagógico, mas também as questões sociais considerando as particularidades e subjetividade do aprender por meio de planos de estudos particularizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do profissional de Psicologia na área da Educação sofreu alterações em sua práxis aos longos dos anos. Passou, portanto, de ser pautada isoladamente do viés clínico para atender às demandas de educação inclusiva,

acessível a todos, referenciada socialmente e cumpridora de um serviço de qualidade. Englobou, para tanto, equipe multidisciplinar como um conjunto no processo educativo, visando a um trabalho subjetivo, considerando os aspectos sociais, biológicos, culturais, e emocionais do sujeito que aprende.

À vista disso, a pesquisa em questão teve como critério de objeção compreender as expectativas de gestores de uma escola estadual situada na zona da mata mineira, por meio de uma entrevista que nos possibilitou interpretar as angústias e anseios desse novo profissional como apoio no processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, é perceptível a importância de explorar pesquisas sobre as funções e intervenções do Psicólogo (a) no contexto escolar. Identificou-se que o olhar clínico de atendimento ainda é pertinente nas falas dos gestores entrevistados. Porém, precisamos transparecer que seu trabalho não se faz de maneira isolada, centrada no “problema” de aprendizagem, mas sim no trabalho coletivo em prol do desenvolvimento do aluno, nas suas mais variadas interfaces e de apoio ao trabalho de todos os atores envolvidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbqPwL8Sj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 nov.2021.

BASTOS, Caroline Benezath Rodrigues; PYLRO, Simone Chabudee. **Psicologia Escolar na concepção de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 20, p. 475-482, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/j8C3bHJVYSZ7v56H4K7GhbG/?lang=pt>. Acesso em: 14 set.2021.

BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. **Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, p. 163-172, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/YXH3vPxbBQqf3yqpdfT9nJK/?lang=pt>. Acesso em: 08 maio.2022.

BRASILIA. Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço social nas redes pública de educação básica, 2019, p1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 02 out.2021.

BRASÍLIA,2021. **Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica**: orientações para regulamentação da Lei no 13.935, de 2019 / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/psicologas-os-e-assistentes-sociais-na-rede-publica-de-educacao-basica.pdf>. Acesso em: 09 set.2021.

CALDAS, Roseli Fernandes Lins; ANACHE, Alexandra Ayach. **Entrevista com a Profa. Dra. Roseli Fernandes Lins Caldas- Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/hxcNfyfbWMj3mfjHLtw98YP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abril.2022.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**. Conselho Federal de Psicologia. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 07 maio.2022.

Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais. **Práticas e pesquisas em Psicologia e educação**: experiências de Minas Gerais/Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais – Belo Horizonte, MG: CRP04,2019. 503 p. – (Práticas e pesquisas em Psicologia e Educação. Experiências de Minas Gerais; v.2). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ciHzHKbVbUnYpEZY1XA-TI6dMkwh_74P/view. Acesso em: 12 mar.2022.

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. **Psicologia na educação**: saberes e fazeres / Comissão de Políticas Públicas, Núcleos de Educação, Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: https://www.crprs.org.br/conteudo/publicacoes/educacao_final.pdf. Acesso em: 17 abril.2022.

Conselho Regional de Psicologia do Paraná. **Psicologia escolar/educacional:** ações e debates em psicologia escolar/educacional / Bruno Jardini Mäder (org.) – Curitiba: CRP-PR, 2016. Disponível em: https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CRP_Caderno_Educacional_Vpdfinal.pdf. Acesso em: 16 out.2021.

DA SILVA, Ellery Henrique Barros; DA SILVA NETO, Jerônimo Gregório; DOS SANTOS, Marilde Chaves. **Pedagogia da pandemia:** reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social. Revista Latino-Americana de Estudos Científicos, p. 29-44, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31695>. Acesso em: 25 mar.2022.

DANTAS, OMANA; FRANCO, Maria Vieira Amorim. **Pesquisa exploratória:** aplicando instrumentos de geração de dados-observação, questionário e entrevista. In: Educere-Congresso Nacional de Educação, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25001_13407.pdf. Acesso em: 16 out.2021.

DE CARVALHO, Gabriela Schimaneski; GORNI, Flávia Cristina; RODRIGUES, Daniel Bravo. **Educação no Brasil:** processo histórico e inserção da Psicologia Escolar, 2020. Disponível em: <http://docplayer.com.br/190673645-A-educacao-no-brasil-processo-historico-e-insercao-da-psicologia-escolar-resumo.html>. Acesso em: 19 fev.2022.

FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. **Psicologia escolar e educação inclusiva:** A atuação junto aos professores. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, p. 427-440, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/zRrFDrCtRP4WKtskcbk4mYj/?lang=pt>. Acesso em: 03 abril.2022.

GALVÃO, Pollianna; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. **Psicologia Escolar em ONGs:** Desafios profissionais e perspectivas contemporâneas de atuação. Psicologia Escolar e Educacional, v. 21, p. 467-476, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/3NchbGqrnQmQg8bY76VyCLv/?lang=pt>. Acesso em: 02 out.2021.

GUZZO, Raquel S. L, *et al.* (2010). **Psicologia e Educação no Brasil:** uma visão da história e possibilidades nessa relação. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26(spe), 131-141. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fV7MZsGSyvt4V8RkvMYGtb/?lang=pt>. Acesso em: 08 nov.2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Santa Margarida, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-margarida.html>. Acesso em: 16 out.2021.

LEMOS, Glen Cézar; ANA, Wallace Pereira Sant. **Metodologia Científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André**, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/114742224-Metodologia-cientifica-a-pesquisa-qualitativa-nas-visoes-de-ludke-e-andre.html>. Acesso em: 12 nov.2021.

MACHADO, Fabiana Lacerda Baptista Abreu. **Sobre a atuação do psicólogo escolar**. 2010. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2893/2/20162482.pdf>. Acesso em: 08 nov.2021.

NASCIMENTO, Ana Rogélia Duarte do. **Atuação do psicólogo escolar junto a professores da educação básica: concepções e práticas**. Orientadora: Fabíola de Sousa Braz Aquino. 2020. 180 f. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18675/1/AnaRog%c3%a9liaDuarteDoNascimento_Dissert.pdf. Acesso em: 19 fev.2022.

PETRONI, Ana Paula; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. **Psicologia Escolar: análise sobre dificuldades e superações no Brasil e Portugal**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 21, p. 13-20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/6pVv9gDQPnMpyzy4jtsZZGn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set.2021.

RONCHI, Juliana Peterle; IGLESIAS, Alexandra; AVELLAR, Luziane Zacché. **Interface entre educação e saúde: revisão sobre o psicólogo na escola**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, p. 613-620, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LHPHY9dpYXhrCn6PvWHdnFB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 dez.2021.

SANTOS, Dielen Cristina Oliveira; et al. **Mapeamento de competências do Psicólogo Escolar**. Psicólogo Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/8dV4qCZTf4ShMQnKvmNbZjz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out.2021.

SANTOS, Graciele Malheiro dos *et al.* **Atuação e práticas na Psicologia Escolar no Brasil: revisão sistemática em periódicos**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, p. 583-591, 2018. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/pee/v22n3/2175-3539-pee-22-03-583.pdf>. Acesso em: 16 out.2021.